



### **.: Notícias .:**

**:: Seminário consolida colaboração entre Conaes e Fórum dos Conselhos Estaduais**

**:: Conaes decide sobre prazo de entrega do relatório de Auto-Avaliação**

**:: Elaborado Projeto do Programa de Pós-Graduação em Políticas e Avaliação da Educação Superior**

**:: Avaliação Institucional é tema de encontro das federais mineiras**

**:: Conaes debate avaliação em Caxias do Sul**

**:: Centro Universitário de Porto Alegre recebe presidente da Conaes**

**:: Conaes inicia implementação dos acordos internacionais**

### **.: Artigo:.**

**:: Reforma e Avaliação da Educação Superior – perspectiva internacional**

Autor: Hégio Trindade

**:: Seminário consolida colaboração entre Conaes e Fórum dos Conselhos Estaduais**



O ministro Tarso Genro abriu o seminário de cooperação entre a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) e o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (FNCE). O evento aconteceu nos dias 2 e 3 de junho, em Brasília e foi uma promoção das três entidades citadas.

A exemplo do que já fez o Conselho Estadual de Educação (CEE) de Santa Catarina, os demais conselhos começam a estudar possibilidades de acordo de cooperação com a Conaes e implantarem o sistema nacional de avaliação da educação superior (Sinaes) a fim de colocarem em prática o regime de colaboração para a avaliação da educação superior previsto na legislação.

O seminário aprofundou o conhecimento sobre os fundamentos, as metodologias e as formas de implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e propôs formas de cooperação entre o Ministério da Educação e os CEEs. Hoje existem no país 197 unidades de educação superior, mantidas pelos estados. São 51 universidades estaduais, 11 centros universitários e 135 instituições isoladas, supervisionadas pelos CEEs.

Na opinião do ministro Tarso Genro, o seminário é fundamental porque dentro da reforma da educação superior há uma visão sistêmica que exige uma relação mais equilibrada e qualificada, de maior harmonia entre as instituições estaduais, federais e municipais. “A avaliação precisa ser estruturada de maneira comum e integrada”, afirmou. Segundo o ministro, a presença dos conselheiros estaduais no MEC constitui um marco histórico nas mudanças de uma relação anterior de estranhamento e até de disputa.

Nadja Valverde Viana, presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE), destacou que apenas quatro estados (um do Nordeste e três do Norte do país) não têm sistemas estaduais de educação superior. “Os CEEs vão firmar convênios individuais com a Conaes, com vistas à inserção dos sistemas estaduais de ensino ao sistema nacional de avaliação do ensino superior. Vamos discutir os termos, o que vai competir a cada conselho, à Conaes, e como nós vamos fazer essa interligação”, afirmou.



Segundo Nadja, a expectativa é positiva: “Há sensibilização grande dos conselhos para fazer o acordo que unificará o sistema de avaliação. Quanto mais utilizarmos instrumentos similares para a avaliação, podemos melhor fazer comparações”. Já o presidente da Conaes, Héglio Trindade, afirmou que o seminário é o coroamento de uma longa caminhada, onde se discutiu avaliação da educação superior em todos os estados da federação. “É um processo de confiança mútua, que se desenvolve em um clima de cooperação, feito de forma tranqüila e paulatina”, disse.

Foram discutidos ainda os aspectos de legislação, a partir da exposição dos consultores parlamentares Isaura Belloni e Ricardo Martins, e operacionais do Sinaes, estes demonstrados pelo professor Dilvo Ristoff, diretor de estatísticas e avaliação da educação superior do Inep.

(Susan Faria, da Assessoria de Imprensa do MEC)



### **:: Conaes decide sobre prazo de entrega do relatório de Auto-Avaliação**

O prazo para entrega dos relatórios de auto-avaliação foi uma das preocupações manifestadas durante as Oficinas Regionais de apoio à Auto –Avaliação que Conaes e Inep promoveram junto às Instituições de Ensino Superior (IES) de até 500 estudantes.

Preocupada com esse diagnóstico e em manter a qualidade do processo avaliativo, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) ratificou o prazo **de 31 de agosto** de 2005, conforme estabelecido na [Resolução nº 1, de 11 de janeiro deste ano](#). Abriu, no entanto, uma exceção para as IES que não conseguirem fechar o relatório nessa data.

Nesse caso, explica o presidente da comissão, Héglio Trindade, a instituição que estiver com dificuldades deverá apresentar à Conaes um relatório parcial na data prevista, devidamente acompanhado de uma justificativa da impossibilidade de conclusão, para dentro de no máximo 60 dias, entregar o relatório final. “Não é prorrogação de prazo, mas de uma possibilidade em nome da boa conclusão de um trabalho que é novo para a maioria das instituições”, diz Trindade.



### **:: Encaminhado Projeto do Programa de Pós-Graduação em Políticas e Avaliação da Educação Superior**

A Conaes aprovou a proposta de criação de um programa de pós-graduação – um doutorado e dois mestrados – em Políticas e Avaliação da Educação Superior. A proposta prevê o início do Programa a partir de 2006, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (Capes) e em parceria com a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), através da sua cátedra na Unesco.

De acordo com Hégio Trindade, o objetivo do Programa é qualificar recursos humanos nos campos da avaliação e das políticas públicas para atender a expansão dos processos de avaliação da educação superior no país. São ainda objetivos do programa a promoção de pesquisas na área de avaliação, com vistas a elevação da qualidade acadêmica, e a elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas.

O programa será organizado em cooperação inter-institucional (associação ou consórcio de instituições) de algumas universidades, todas com programas de pós-graduação consolidados e com experiência em áreas integrantes da proposta curricular. Já aderiram formalmente ao Projeto UNB, UFMG, UFBA e UFRGS.

**Integração internacional** - A complexidade da temática e a urgência das reformas da educação superior tem tornado a avaliação institucional objeto de amplo interesse em diversos países. Por isso, o Programa buscará contar com a colaboração de instituições e profissionais brasileiros e de outros países, destacadamente latino-americanos, que apresentem importante experiência e contribuição nessa área. Nesse sentido os convênios de cooperação internacional, assinados recentemente pela CONAES, com agências de Portugal, Espanha, Argentina e França oferecem grandes perspectivas de concretização de tal integração. Da mesma forma, a Cátedra de Avaliação da Unesco, em parceria com a ANDIFES, reforça e amplia interação nacional e internacional.



### **:: Avaliação Institucional é tema de encontro das federais mineiras**

O I Encontro de CPAs das Universidades Federais Mineiras foi organizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela Reitoria da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Contou ainda com apoio da Conaes, do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Instituto Nacional de Tecnologia (INT).

O presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), professor Hégio Trindade, abriu, dia 24 de junho, no Centro Cultural da UFSJ, o I Encontro das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) das Universidades Federais de Minas Gerais.

O evento, que discute o tema "Apontando desafios institucionais no processo auto-avaliativo", reúne membros de CPAs de 10 universidades federais mineiras, além de especialistas nesta área como a doutora Adriane Monteiro Cavalieri Barbosa, do Instituto Nacional de Tecnologia, que proferiu palestra sobre "Avaliação participativa de desempenho da Universidade".

O encontro foi espaço para sessões de comunicações orais e discussões sobre a experiência das CPAs das Universidades Federais Mineiras.

A presidente da CPA da UFSJ e coordenadora, professora Patrícia Ashley (Decac) destacou que a elaboração do processo auto-avaliativo é um momento de aprendizagem para as instituições. O reitor Helvécio Luiz Reis defendeu que a intenção é que seja formada uma rede mineira de CPAs e este encontro na UFSJ é um primeiro passo neste sentido.

(Assessoria de Comunicação da UFSJ)



## :: Conaes debate avaliação em Caxias do Sul



A qualidade da educação e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foram os temas abordados pelo presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), Héglio Trindade, em encontro com os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e com os dirigentes da Universidade Comunitária de Caxias do Sul (UCS), no Rio Grande do Sul.

Na reunião de 20 de junho, o reitor da UCS, Luiz Antônio Risson, entregou ao presidente da Conaes o projeto acadêmico institucional 2002/2006, que trata das áreas pedagógica, científica e da extensão universitária.

Além de participar do processo de avaliação instituído pelo Sinaes, que compreende a auto-avaliação, avaliação externa e exame dos estudantes, Héglio Trindade destacou que a Universidade de Caxias do Sul criou, também, um sistema de avaliação que envolve a comunidade universitária: professores, servidores e alunos.

**Comunidade** – Este ano, o processo, que tem a participação espontânea da comunidade acadêmica, acontece entre 10 de junho e **10 de julho**. “O importante da iniciativa é que a universidade desenvolve uma cultura de avaliação, que é útil na vida da instituição e também dos seus alunos”, diz Trindade. A UCS tem 34 mil alunos, 1.300 professores e campi em 10 municípios do entorno de Caxias do Sul.

Ionice Lorenzoni, da Assessoria de Imprensa do MEC / Foto: Assessoria de Comunicação da UCS



## :: Centro Universitário de Porto Alegre recebe presidente da Conaes

Uma atenta platéia, que reuniu gestores, professores, alunos e funcionários técnico-administrativos do Centro Universitário Ritter dos Reis, assistiu na manhã de 23 de junho, à conferência do professor Héglio Trindade, presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação (Conaes), ligada ao Ministério da Educação. Auto-Avaliação Institucional e o Compromisso com o Fortalecimento da Autonomia e com a Transformação da Instituição e dos seus Atores foi o tema da palestra que integrou o I Seminário de Avaliação Institucional. Estiveram presentes, representando a Reitoria do UniRitter, a vice-reitora do UniRitter, professora Hέλvia Lúcia Krüger dos Reis, e as pró-reitoras de Ensino, professora Beatriz Tricerri Felipe, e de Pesquisa e Extensão, professora Célia Elizabete Caregnato.

O foco principal da conferência de Trindade, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi o estágio evolutivo por que passa a avaliação da educação superior – com a implantação, pelo governo federal, em 2004 do novo Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) – e, sobretudo, como lembrou o presidente da Conaes, a necessidade de buscar a participação de toda a comunidade acadêmica nessas avaliações.

Após uma breve apreciação histórica do Ensino Superior no Brasil, Trindade fez uma apreciação do Sinaes, ressaltando os princípios e a concepção de qualidade que o sistema de avaliação

prevê para a educação superior brasileira. “Qualidade não é um atributo abstrato”, lembro o conferencista. “Mas um juízo de valor construído em sociedade”.

Após a conferência, teve início uma sessão de quase uma hora de questionamentos, provenientes de professores e alunos do UniRitter. Todas respondidas pelo convidado, que aproveitou para reforçar que “avaliação institucional não é ‘ranqueamento’ de pessoas, cursos ou setores”. “Queremos, com uma avaliação séria, participativa e comprometida, melhorar a qualidade da educação superior, qualificar a gestão universitária e prestar contas à sociedade”, afirmou Héglio Trindade.

Ao finalizar o encontro, a professor Hélvia, vice-reitora do UniRitter, lembrou “a história idealista da Ritter dos Reis, que teve início há 34 anos, com a vontade do fundador da Instituição, Romeu Ritter dos Reis, de ampliar e qualificar a educação superior no Rio Grande do Sul. “Nossa história foi construída sob o alicerce do conhecimento”, reconheceu, emocionada, a vice-reitora do UniRitter

Assessoria de Comunicação da Uniritter



## **:: Conaes inicia implementação dos acordos internacionais**

Responsáveis pelo considerado maior sistema de avaliação do mundo, membros da Conaes foram convidados a relatar a experiência brasileira na Argentina, no México e na França. No dia 6 e junho, José Dias Sobrinho e Héglio Trindade, este último, presidente da Conaes, participaram do “Seminário Regional: Las nuevas tendencias de la Evaluación y de la Acreditación en América Latina y el Caribe”, promovido pela Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria (Coneau) em Buenos Aires, Argentina.

Trindade seguiu para falar no Seminário sobre Avaliação no México. Dia 27, o presidente da Conaes participou, junto com o Ministro Tarso Genro, o Secretário de Educação Superior Nelson Maculan e outras autoridades da “Conferência de Reitores e Presidentes de Universidades Brasileiras e Francesas, em Paris”. No dia 28, Trindade reuniu com o presidente do Comitê Nacional de Evaluación (CNÉ), Bruno Curvale, para dar início à implementação do [acordo de cooperação](#) assinado em abril entre Conaes e CNÉ.

---

## **:: Artigo::**

### **Reforma e avaliação da educação superior – Perspectiva Internacional\***

Héglio Trindade\*\*

Na sociedade contemporânea, conhecimento e poder se interpenetram em todos os níveis. Ao analisar, em perspectiva histórica, a legislação sobre o ensino superior brasileiro, destacamos dois paradoxos significativos: o fato de a referida legislação não sofrer nenhuma influência da reforma de Córdoba de 1918 na Argentina, a qual marca fortemente a maioria dos países latino-americanos e a ruptura do caráter público das faculdades e escolas profissionais do Império por uma aliança entre liberais e positivistas, no início da República, que introduziu o ensino privado na expansão regionalizada das novas instituições de educação superior que seriam a base de muitas universidades estaduais, mais tarde federalizadas.

Essa foi a dinâmica originária do atual sistema público de educação superior que, com exceção de São Paulo, foi depois consolidado pela legislação do Governo Provisório de Vargas, em 1931.

No início da ditadura militar, em 1968, seria estabelecida a segunda lei universitária, que modernizou, burocratizou e qualificou o sistema público brasileiro através da pós-graduação e da pesquisa.

Um fato incontestável é que a reforma universitária nunca esteve na agenda das agências internacionais nem na dos governos da Nova República. Estes não enfrentaram o desafio, que fora central no período militar e colocara o Brasil na vanguarda da América Latina em termos de modernização universitária. As duas dinâmicas, porém, que atingiram a educação superior latino-americana nas últimas quatro décadas tiveram efeitos perversos para a qualidade acadêmica. De um lado, a massificação das instituições públicas nos países hispano-americanos; de outro, a privatização crescente da educação superior, da qual o Brasil é o exemplo extremo, com 75% das matrículas nas instituições privadas.

Hoje, a reforma da educação superior está no centro do debate na União Européia, após sucessivas reuniões de ministros de Educação (Paris, Bolonha, Berlim, etc.), e o diagnóstico que a inspirou partiu da consciência de que, "mais do que nunca, o desenvolvimento e a qualidade de vida de uma nação dependerão de seu nível cultural e científico, que depende fundamentalmente do valor do seu ensino superior". Essa também sempre foi a estratégia dos Estados Unidos, que implantaram um amplo sistema público de universidades estaduais e dispõem de um sistema privado de alto prestígio, mas minoritário.

Na América do Sul, as instituições públicas são hegemônicas no campo da educação superior, salvo no Brasil, Chile e Colômbia, onde a privatização é dominante. Apesar dos problemas, há o consenso de que "uma boa educação superior é o melhor investimento para o desenvolvimento nacional", sendo "urgente fortalecer a vocação para aprender e para ensinar, para pesquisar e para pensar a solução dos problemas complexos de nosso tempo a fim de que nos sintamos co-responsáveis na construção de uma América Latina mais autônoma, próspera e justa".

No Brasil, a principal responsabilidade de um governo que queira enfrentar tamanho desafio é tornar efetiva a letra da lei. Não basta que sucessivas Constituições e leis ordinárias tenham consagrado formalmente o direito à educação, e este como bem público, se o Estado (guardião do interesse geral) não assumir, no plano nacional, estadual e municipal, sua função de tornar concreto tal direito como decorrência de uma obrigação pública e implementar políticas consistentes a partir desses pressupostos. Esse está sendo o norte da proposta do Ministério da Educação.

Na sociedade contemporânea, conhecimento e poder se interpenetram em todos os níveis, da esfera pública ao mercado, redefinindo o significado do espaço público nas universidades e afetando na raiz sua "missão social". A resposta a esse processo tem de vir no bojo de uma reforma que aponte nessa direção e que tenha a capacidade de articular os anseios da comunidade acadêmica por uma reestruturação universitária com as demandas legítimas das instâncias representativas da sociedade.

E o caminho é o estabelecimento de uma política de Estado que preserve e recomponha a missão pública do nosso sistema de educação superior público e privado e o articule com o projeto de uma nação democrática, justa e soberana.

Daí a relevância do seminário internacional "Reforma e Avaliação da Educação Superior: Tendências na Europa e na América Latina", realizado no fim de abril, em São Paulo, oportunidade em que se discutiu a reforma universitária e a avaliação do ensino superior numa perspectiva comparada, trazendo as experiências internacionais sobre o tema e mostrando que

o que está na pauta das políticas da educação superior brasileira atualmente são temas recorrentes tanto na Europa quanto na América Latina.

Daí a importância também dos [acordos de cooperação internacionais](#) que assinamos naquele momento e começam a se concretizar através de parcerias como as do Projeto de Programa de Pós-Graduação em Políticas e Avaliação da Educação Superior.

\* artigo adaptado da versão publicada no jornal Gazeta Mercantil de 27/04/2005

\*\* Héglio Trindade é Presidente da Conaes

**:: Informativo da CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior**

Jornalista Responsável: Vera Flores (Coordenadoria Geral de Comunicação do MEC)

SGAS - Av. L/2, Quadra 607 - Lote 50 Sala 06, CEP: 70.200-670

**Telefone:** (61) 2104-6233/ 2104-6158 **E-mail:** [conaes@mec.gov.br](mailto:conaes@mec.gov.br)

